

VISIBILIDADE SOCIAL DE INDIVÍDUOS TRANSGÊNERO E SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

VISIBILIDAD SOCIAL DE INDIVIDUOS TRANSGÊNERO Y SISTEMAS DE ORGANIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO

Marcia Maria Melo Quintslr *
Bianca da Costa Maia Lopes **
Fernanda do Valle Galvão ***
Michelle Louise Guimarães da Silva ****

RESUMO

Introdução: Esta pesquisa aborda o domínio gênero na Organização do Conhecimento segundo um viés analítico sociopolítico, no intuito de investigar os usos sociais da linguagem nesse domínio, particularmente, no âmbito da população transgênero brasileira. **Objetivos:** Objetiva-se verificar a existência, ou sua viabilidade, de uma linguagem capaz de expressar a realidade específica dessa população, efetivamente. **Metodologia:** Parte-se de revisão bibliográfica especializada do domínio de estudos de gênero e da Organização do Conhecimento, combinada a referenciais teóricos da sociologia. Em seguida, duas frentes de análise documental são empreendidas: a primeira, no horizonte das linguagens e classificações recorrentes nas áreas de saúde e estatísticas públicas, dominadas pelo padrão sexual binário. A segunda, a partir do caso específico do Colégio Pedro II ao afirmar o reconhecimento da diversidade de gênero, averiguando-se as repercussões dessa ação em uma rede social. **Resultados e conclusões:** Os resultados apontam para a ausência de um lugar de fala reconhecido pelos grupos mencionados, restando à Organização do Conhecimento o desafio de compreender os limites classificatórios e, simultaneamente, aportar uma produção contínua e emancipatória de significados ao domínio gênero.

* Mestranda do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Mestranda do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

*** Mestranda do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**** Mestranda do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Linguagem. Indivíduos transgêneros. Visibilidade.

1 INTRODUÇÃO

A tarefa de organizar o conhecimento sugere acautelar uma investigação científica a ser empreendida em duas direções convergentes: uma pertinente à sedimentação teórica desse campo¹ e sua natureza interdisciplinar; outra, de caráter pragmático, indissociável do contexto em que o conhecimento é produzido.

No âmbito teórico, ressalta-se a importância da sistematização do conhecimento para a sua consolidação, situando-o também em determinados contextos histórico, político, econômico e social, assim como no espaço-tempo. Na esfera prática, a representação do conhecimento demonstra-se seletiva e incapaz de envolver a totalidade do objeto que se pretende representar, reafirmando a frustração colocada por Hope Olson (apud LARA, 2012) de que “todo universo classificatório encerra um território finito”.

Entende-se que uma abordagem social e política da Organização do Conhecimento, doravante OC, presume a coexistência cinética de uma pluralidade de conhecimentos produzidos que, inexoravelmente, transpassam aspectos culturais, éticos e identitários inerentes à sociedade que os compreende. Ao passo que a organização desses conhecimentos é estimulada por essa dinâmica, o processo, os instrumentos e os produtos resultantes de sua representação refletem comportamentos de dada sociedade, sujeitando-se a parcialidades decursivas de lugares de fala diferenciados, que afetam e delimitam a OC.

¹ Vale ressaltar que não há consenso teórico sobre a natureza da Organização do Conhecimento. É abordada pela literatura que versa sobre tal como campo, disciplina, área ou, ainda, domínio.

Ciente de tais limitações, propõe-se uma abordagem do domínio de gênero junto à OC, adotando-se o viés sociopolítico² para promover uma análise sobre os usos sociais da linguagem nesse domínio, uma vez que é notória a ineficiência de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) no que tange à representação dos grupos transgênero e transexual, suscitando, por diversos ângulos, um debate a respeito da perspectiva científica sobre gênero, assim como da prática de instituições representativas como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca dessa questão.

Dessa maneira, a presente pesquisa parte de revisão bibliográfica especializada no domínio de estudos de gênero e na própria OC, além de referenciais teóricos específicos da sociologia. Como campo empírico, analisou-se o caso específico do Colégio Pedro II, que adotou postura afirmativa de reconhecimento da diversidade de gênero, bem como suas repercussões em redes sociais. Nessa direção, criticam-se linguagens e vocabulários de resistência em cuja adoção foram verificadas limitações e dificuldades, a fim de analisar o alcance dos SOCs na ratificação do lugar social de pessoas transgênero.

2 CONCEITOS, LINGUAGEM E INVISIBILIDADE DAS PESSOAS TRANSGÊNERO

As ciências biológicas ensinam, tradicionalmente, que os seres humanos possuem dois sexos: feminino e masculino, cujas formas produzem hormônios diferentes, que, por conseguinte, concretizam corpos distintos, dotados de funções específicas. Nesta acepção, é possível inferir que o sexo biológico denota a primeira classificação do ser humano em uma sociedade e uma das primeiras relações formais da criança com o Estado. O registro realizado

² Compreende-se como viés sociopolítico o abarcado pela dimensão social e política da OC contemplada pela International Society for Knowledge Organization (ISKO). Disponível em: http://isko-brasil.org.br/?page_id=711. Acesso em: 10 dez. 2016.

expressa a força simbólica estatal que, como identificada por Bourdieu (2008b), torna construções sociais em naturais e de difícil refutação, a exemplo do sexo binário e sua carga cultural cisnormativa e heteronormativa.

Todavia, afora o termo “sexo”, termos como “gênero”, “expressão de gênero”, “orientação sexual” e “transgênero” dentre outros, revelam a transversalidade conceitual do domínio gênero no âmbito científico ao extrapolarem a biologia, conformando um dissenso não apenas terminológico, porém potencialmente entremeado por capitais simbólicos.

O termo gênero consiste, basicamente, em como o indivíduo se percebe e se considera, de modo a constituir uma identidade particular. A expressão de gênero, por sua vez, é compreendida como cada pessoa manifesta socialmente o seu gênero por meio do comportamento e vestimentas, conectando-se à noção bourdieusiana de *habitus*, em especial, ao *axis corporal* dos sujeitos. Já a orientação sexual evidencia por quem o indivíduo se sente atraído física e emocionalmente, o que independe da identidade de gênero.

Na década de 1940, Simone de Beauvoir declarou que não se nasce mulher, torna-se. A socióloga Berenice Bento (2011) afirma que o gênero resulta de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais. Nesse sentido, destaca que a descrição do sexo do feto atua como um batismo que permitiria ao corpo adentrar na “categoria humanidade”. Para esta autora, a descoberta do sexo biológico não se trata apenas de uma constatação física, uma informação fisiológica, mas de um conjunto de valores e expectativas que antecedem o nascimento do ser: “quando se diz “menino/menina”, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital” (BENTO, p. 550, 2011).

Quando um indivíduo se reconhece no gênero oposto, é chamado transgênero, podendo realizar a adequação genital ou não. Uma pessoa que foi designada como pertencente ao sexo masculino no nascimento pode se identificar no gênero feminino e sentir atração sexual por uma mulher. Nesse caso, ela poderia se identificar como uma mulher trans homossexual. Há também pessoas que não se identificam com a delimitação binária de gênero (homem ou mulher) reivindicando novas categorias, a fluidez entre as

classificações ou a não necessidade de uma classificação da sua identidade de gênero.

Apenas na década de 1950 foram publicados os primeiros artigos científicos sobre a transexualidade. O endocrinologista Henry Benjamin buscava provas que diferenciavam as pessoas transexuais das homossexuais, argumentando que a única terapêutica para essas pessoas seria a transgenitalização, ou seja, a cirurgia de mudança de sexo. O foco permanecia na relação do indivíduo com a sua genitália e qualquer alteração nessa relação era vista como transtorno. Bento e Pelúcio (2012a) narram que a transexualidade passou a ser considerada uma “disforia de gênero”, termo cunhado por John Money, em 1973, mencionando o Standards of Care³, que objetivava a articulação de um consenso profissional internacional sobre “Desordens da Identidade de Gênero”, envolvendo médicos, psicólogos e psiquiatras.

Na mesma época, a Associação de Psiquiatria Norte-Americana aprovou a terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, incluindo a transexualidade como “Transtornos de Identidade de Gênero”. Também, a Classificação Internacional de Doenças (CID), sob custódia da Organização Mundial de Saúde apresenta abordagem similar.

As questões apontadas carregam em si dilemas classificatórios e linguísticos. Nos últimos 50 anos, termos como “*queer*”, “*transexual*”, “*cisgênero*”, “*transgênero*”, “*travesti*” e “*drag queen*” emergiram em diversos contextos. Com a ampliação da discussão sobre o tema, a sociedade inicia um processo de apreensão da identidade de gênero e da orientação sexual em suas particularidades, evitando a relação sinonímia.

A falta de clareza somada à ignorância sobre os significados de tais termos fortalecem não apenas a transfobia e o machismo, como também sinalizam a ausência de espaço para a adequada classificação de pesquisas científicas.

³ Para mais informações, consultar o sítio eletrônico da “The World Professional Association for Transgender Health”. Disponível em: <http://www.wpath.org/>. Acesso em: 10 dez. 2016.

A linguagem trata de condição *sine qua non* para a organização social e, por consequência, para a OC, campo de estudos dedicado à pesquisa e análise da natureza, representação e uso social do conhecimento. Conquanto Hjørland (2008) e Dahlberg (2006) diverjam quanto à natureza da OC, ambos reconhecem a clareza de termos e conceitos como necessária:

O campo não pode avançar, no entanto, sem clareza teórica, razão pela qual é importante descrever diferentes abordagens de uma maneira que elas possam ser diferenciadas e comparadas umas com as outras. Em outras palavras: temos de examinar e interpretar diferentes rótulos usados para abordagens muito honesta e cuidadosamente (HJØRLAND, 2008, p. 87, tradução nossa).

Para classificar e categorizar qualquer palavra, é fundamental saber o que ela é e o que não é, quais são suas definições, significados. Um dos desafios da OC reside justamente em compreender os condicionantes socioculturais, econômicos e políticos que envolvem a linguagem. Nesse sentido, a contribuição de Pierre Bourdieu (2008a) é cabal ao afirmar a extensão da língua como um instrumento de poder, para além de um instrumento de comunicação ou conhecimento. “Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos” (BOURDIEU, 2008a, p. 22).

Por esse ângulo, infere-se que a dimensão sociopolítica da OC, que atravessa o domínio gênero, põe em xeque a ética informacional. “Se a norma é a maioria, como representar/indexar a minoria sem que ocorram desvios ou tendências?” (PINHO; GUIMARÃES, 2012, p.143).

Em abril de 2016, a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, reconheceu oficialmente a identidade de gênero e decretou a autorização do uso do nome social na administração pública direta⁴. Sob os pontos de vista

⁴ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/dilma-assina-decreto-que-autoriza-uso-de-nome-social-no-servico-publico>. Acesso em: 30 nov. 2016

normativo e legal, o governo brasileiro afirmou a cidadania e os direitos de indivíduos transgênero e transexual.

No entanto, observa-se um movimento de políticos religiosos (católicos e evangélicos, predominantemente) que fazem uso de seus cargos no poder legislativo para autorizar ou negar direitos. Lembra-se que, em 2015, a Câmara Federal aprovou o Estatuto da Família⁵, que define família como o núcleo formado a partir de casais heterossexuais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É ratificada a relevância do estudo dos usos sociais da linguagem e de suas implicações, assim como de classificações estabelecidas, no tocante à visibilidade social dos indivíduos transgênero, para, especialmente, responder às questões seguintes. Existe uma construção de linguagem que ofereça visibilidade apropriada à população transgênero? Quais os desafios apresentados aos especialistas nos diversos Sistemas de Organização do Conhecimento?

Para a viabilização do estudo proposto optou-se pela verticalização analítica sobre os estudos de gênero, com foco na linguagem como instrumento de resistência e de visibilidade dos indivíduos transgênero. Exploram-se, ainda, algumas classificações estabelecidas, tais como formas de linguagem específicas e de SOCs, com vistas a materializar a presença da OC no cenário de representação atual da população investigada.

O percurso metodológico desenvolvido constituiu-se de revisão bibliográfica especializada no domínio de estudos de gênero, além de referenciais teóricos específicos da OC e da sociologia. Quanto à literatura utilizada, no que tange à OC, a presente investigação consolida-se especialmente sobre os contributos teóricos de autores como Hjørland (2008),

⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497879-CAMARA-APROVA-ESTATUTO-DA-FAMILIA-FORMADA-A-PARTIR-DA-UNIAO-DE-HOMEM-E-MULHER.html>. Acesso em: 30. nov. 2016.

Guimarães (2015), Souza (2007), e García Gutiérrez (2011), a fim de subsidiar o alcance do objeto investigado através da análise da pertinência e do impacto social de algumas aplicações de taxonomias, classificações, vocabulários especializados e de linguagens particularmente construídas para a adequada representação e desejada visibilidade do grupo social definido. Na esfera sociológica, em que se discute o poder da linguagem, como aporte primordial para a compreensão do objeto estudado, baseou-se nos estudos de Bourdieu (2008a). Esse aspecto também é verificado em Vignaux (1999) e em García Gutiérrez (2011).

Por fim, para abarcar o epicentro deste trabalho, explorou-se obras de autores com (in)formações diversas, tais como Capurro (1992), Haraway (2004), Braman (2006), Bento (2011), Bento e Pelúcio (2012a e 2012b), e Guimarães e Pinho (2012), que apresentam diversas perspectivas sobre os estudos de gênero, dentro e fora da esfera da Organização do Conhecimento. Ademais, recorreu-se ao “Manual para o uso não sexista da linguagem” (2014), elaborado, a partir do manual da “Red de Educación Popular Entre Mujeres de Latinoamérica y Caribe-REPEM-LAC”, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e ao site “Wiki Identidades”.

Em paralelo à revisão de literatura foram realizadas duas frentes de análise documental. A primeira, sobre linguagens e classificações vigentes, dominadas, em geral, pelo padrão do sexo binário, incluindo a observação da repercussão social e política a elas associadas. Entende-se que essa abordagem se faz necessária para se estabelecer o contraponto entre a desejável visibilidade social dos indivíduos transgênero e a forma de representação vigente. A segunda, com foco na análise de notícias de jornais, blogs e de linguagens e vocabulários de resistência, realçando a percepção da visibilidade dos indivíduos transgênero.

Optou-se por focalizar o caso do Colégio Pedro II, que adotou postura afirmativa de reconhecimento da diversidade de gênero em nota pública, promovendo a sua divulgação em uma rede social. Também foi realizada a análise do que se identificou como linguagens de resistência intencionalmente

construídas ou propostas. Assim, se definiu estudar dois tipos de expressões de resistência: uma, no escopo da mobilização e do engajamento pessoal e outra, intencional.

Desse modo, conforme a acepção de Bardin (2011), para a análise de conteúdo buscou-se compreender características, estruturas ou sistemas por detrás da mensagem, buscando desvelar sua significação a partir de variáveis inferidas.

4 LINGUAGENS E CLASSIFICAÇÕES: SOBRE O RISCO DE PRECONCEITO, OPRESSÃO, PATOLOGIZAÇÃO E INVISIBILIDADE

A invisibilidade e a patologização dos indivíduos transgênero são combatidas persistentemente por aqueles que atuam na busca da redução ou da superação do preconceito e opressão que atingem as pessoas que se identificam como transgênero. Aspectos do relacionamento da linguagem e das classificações, como instrumentos de expressão e representação da realidade, somados aos modos de combate citados são objetos dessa seção.

No que concerne à linguagem, exploram-se elementos do padrão binário dominante. As classificações custodiadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) são abordadas como alvo dessa luta simbólica. Sobre os instrumentos de representação do conhecimento que produzem, dedica-se especial atenção aos seus impactos sociais e políticos sobre a população transgênero.

4.1 LINGUAGEM E CLASSIFICAÇÕES

Numa abordagem sociológica, Bourdieu (2008a) destaca o poder da linguagem, em especial, associada à noção de *habitus* linguístico e à relação entre a força simbólica da produção linguística e o capital de autoridade de seu interlocutor. O autor relaciona também determinismos biológicos e sociais, que podem ser entendidos como aqueles aqui estudados, à força simbólica da linguagem dos gestos e ao controle social.

Os determinismos biológicos e sociais, ou mais exatamente, os determinismos biológicos socialmente reinterpretados e os determinismos sociais propriamente ditos agem sobre as práticas e as representações linguísticas (ou sexuais) por intermédio da estrutura de oposições homólogas que organizam a representação dos sexos e das classes. (BOURDIEU, 2008a, p.26).

Sob o enfoque da linguagem, cabe observar que a Língua Portuguesa, idioma oficial do Brasil, manifesta uma estrutura gramatical que vai ao encontro do padrão binário sexista. Mais especificamente, corrobora a dominação masculina, à medida que os artigos definidos e indefinidos são segmentados binariamente – “a” e “o”, “um e uma” –, e as concordâncias nominais são estabelecidas pela predominância do masculino, como na frase “João e Maria estão cansados”.

Em relação à adaptação da linguagem, a fim de abarcar as pessoas transgênero, a alteração do artigo é realizada com percalços na concordância nominal. Para Fosskett (1973, p. 45), “o indexador deve ter o cuidado de não introduzir tendenciosidade desnecessária e o usuário deve ser avisado de sua possível existência”. Pinsky (2009) cita Joan Scott (1988)⁶, eminente pesquisadora de gênero, que reforça “como as complexidades dos usos contextuais abrem caminho para mudanças no significado” e a impossibilidade em dissociar significados de experiências. Assim, não existiria experiência social apartada da percepção das pessoas sobre ela: a “linguagem não somente possibilita a prática social; ela é a prática social” (PINSKY, 2009, p. 168).

Ademais, Donna Haraway (2004), pesquisadora especializada em estudos feministas, relata que a sua primeira grande barreira nas investigações empreendidas foi o idioma, uma vez que nem toda língua define gênero e sexo de modos distintos: “o inglês, especialmente o inglês americano, distingue sexo e gênero. Esta distinção custou sangue na luta em várias arenas sociais. O

⁶ SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. New York: University Press, 1988. p. 28-50.

alemão tem apenas uma palavra, *Geschlecht*, seja para o inglês sexo, seja para gênero” (HARAWAY, p. 204, 2004).

A taxatividade da classificação binária promovida pela biologia e o posicionamento da medicina ao longo dos anos sobre orientação sexual suportaram a dilatação do preconceito de gênero na sociedade contemporânea. Conforme Haraway (2004, p. 209), “a diferenciação complexa e a mistura de termos para ‘sexo’ e ‘gênero’ são parte da história política das palavras”. Assim, torna-se crucial ponderar sobre a relação entre a linguagem e a invisibilidade dos indivíduos transgêneros no âmbito da OC.

Entende-se que a estrutura da linguagem, ao invisibilizar grupos sociais, pode lhes associar um determinado viés simbólico ou ser instrumento de reforço a preconceitos ou práticas de opressão. Resta a indagação: ao padrão binário dominante no idioma português podem ser articulados recursos que amenizem o impacto de efeito excludente das múltiplas possibilidades de identidades de gênero? De que modo a OC pode contribuir nessa tarefa desafiadora?

Embora as classificações expressem um potencial de visibilidade, já que determinadas categorias são nomeadas e ordenadas, hierarquicamente, também trazem em si o viés da invisibilização. A exemplo da adoção de padrões culturais baseados nas categorias de sexo, homem e mulher, que gera um apagamento no que diz respeito às múltiplas possibilidades de expressão da identidade e do desejo humanos.

Analogamente à linguagem, se absorvidas de forma determinística e sem a compreensão de que se tratam de construções sociais, as classificações podem reforçar – e, de fato, o fazem – preconceitos nas diversas sociedades, acarretando resultados sociais e políticos devastadores. Neste sentido, Vignaux (1999) alerta sobre a compartimentalização da realidade em categorias a partir do ato de classificar: seu objetivo é a compreensão da complexidade do todo e não cabe como finalidade cristalizar diferenciações sociais, políticas, econômicas ou de outro teor, atribuídas a cada grupo construído.

No âmbito de tais classificações, importa enfocar a patologização dos

indivíduos transgênero que afeta, sob algumas circunstâncias, até mesmo aqueles que os cercam, principalmente a mãe ou o pai. Considerar como fora dos padrões saudáveis os indivíduos que não se ajustam à cisnormatividade provocou uma campanha internacional pela despatologização das identidades sexuais (BENTO; PELÚCIO, 2012a e 2012b).

Nesse diapasão, as autoras destacam, além do Standards of Care, outros dois documentos de referência e suas nuances (DSM-IV, CID-10⁷), todos enfatizando a construção das pessoas transexuais como portadoras de um conjunto de indicadores comuns que as colocam como transtornadas perante a sociedade, apartadas de variáveis históricas, culturais, sociais e econômicas (BENTO; PELÚCIO, 2012a).

Apesar de a natureza apresentar uma forma física aos seres humanos, essa morfologia não contempla a maneira como cada um se reconhece como indivíduo ou expressa seu próprio gênero. Para ambas as autoras, o método científico que embasa as classificações supracitadas não se sustenta, afinal, “não existe qualquer teste diagnóstico específico para o Transtorno da Identidade de Gênero” (BENTO; PELÚCIO, p. 578, 2012a). Além disso, é necessário questionar quem produz as classificações médicas e seus respectivos códigos e a partir de quais lugares de fala as manifestam.

O DSM, que em 03 de dezembro de 2012 lançou a sua quinta versão (DSM-5), no seu portal de divulgação⁸, apresentou um auspicioso cabeçalho: “APA Revises Manual: Being Transgender Is No Longer A Mental Disorder” (APA revisa Manual: ser transgênero não é mais uma desordem mental, tradução nossa). A notícia é apontada como um marco fundamental para pessoas transgênero, cujas identidades de gênero não mais seriam classificadas como desordem mental. Lembra-se que, em relação à homossexualidade, esse evento ocorreu em 1973.

⁷Correspondem às versões IV do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), da Associação Americana de Psiquiatria (APA) e 10 da Classificação Internacional de Doenças, custodiada pela Organização Mundial de Saúde (CID/OMS).

⁸Disponível em: <https://thinkprogress.org/apa-revises-manual-being-transgender-is-no-longer-a-mental-disorder-8b0321f775d2#.i5j3cett1>. Acesso em 14 nov. 2016.

No texto, destaca-se que a utilização da categoria “desordem de identidade de gênero”, ensejou situações de discriminação contra pessoas transgênero. Além disso, informa a nova categoria em que pessoas transgênero passam a ser classificadas, “*Gender Dysphoria*”, definindo-a como “*emotional distress that can result from a marked incongruence between one’s experienced/expressed gender and assigned gender*”. Esse posicionamento se justificou como forma de assegurar o tratamento e os cuidados em mudança de sexo, sem o estigma da desordem.

A APA produziu também recomendações afirmativas de cuidados e direitos civis dos indivíduos transgênero. No portal é declarado, ainda, que o DMS-V e mais essas recomendações se identificam com novo padrão de posicionamento da comunidade médica em relação à população transgênero. Por fim, o informe aponta um debate, datado de 4 de dezembro de 2012, no portal da organização “Think Progress”, sob o título “*The complicated question of diagnosing transgender identities*”⁹, em que são apresentados questionamentos ao que a APA considerou como um avanço. Há ponderações acerca do fato de que a mudança de designação para “*Gender Dysphory*” mantém as pessoas transgênero vulneráveis a preconceitos, coexistindo o discurso defensivo de que, a eles não deveria corresponder categoria alguma em um manual médico.

Em referência à CID/OMS, cabe contextualizar que para a OMS gênero se refere aos conceitos sociais das funções, comportamentos, atividades e atributos que cada sociedade considera apropriados para os homens e as mulheres. As diferentes funções e comportamentos podem gerar desigualdades de gênero, ou seja, diferenças entre os homens e as mulheres que favorecem sistematicamente a um dos grupos. A organização destaca que, por sua vez, essas iniquidades causam impactos entre homens e mulheres afetando tanto sua saúde quanto o acesso a ela, comprometendo o bem-estar de ambos.

⁹ Disponível em: <https://thinkprogress.org/the-complicated-question-of-diagnosing-transgender-identities-606f5d6be331#.1jvlrb70i>. Acesso em 14 dez. 2016.

A versão da CID/OMS¹⁰ em vigor é a CID-10 e apresenta as seguintes categorias (tradução nossa), classificando as pessoas transgênero em situação de patologia:

Quadro 1 – Categorização patológica de pessoas transgênero

V Desordens Mentais e Comportamentais

F60-F69 Desordens de personalidade e de comportamento em adultos

F64 Desordens de identidade de gênero

F65 Desordens de preferência sexual

F66 Desordens psicológicas e comportamentais associadas com a orientação e o desenvolvimento sexual

Fonte: Código Internacional de Doenças (CID-10).

Desse modo, os dois documentos médicos observados seguem apontando para a relação entre “saúde x não saúde x pessoas transgênero”, apesar do movimento internacional “Pare a patologização!”¹¹ e da existência de trabalhos científicos que descredenciam entender a identidade de gênero dos indivíduos transgênero como patologia. Ademais, sob o enfoque da discriminação sofrida por aquela população, é identificado o risco dos documentos de referência servirem de respaldo a quem discrimina.

Finalmente, cabe atentar para o fato de que a CID/OMS é componente originário do conjunto de classificações designado como a “Família de Classificações Internacionais para Fins Estatísticos, sob a gestão da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas”¹², o que se relaciona diretamente com o desenho, produção, disseminação e aplicação das informações estatísticas oficiais.

¹⁰ Disponível em: <http://www.who.int/classifications/icd/en/>. Acesso em 14 dez. 2016.

¹¹ Disponível em: <http://www.stp2012.info/old/pt>. Acesso em: 15 dez. 2016.

¹² Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/class/family/default.asp>. Acesso em: 15 dez. 2016.

4.2 AS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS OFICIAIS

As estatísticas do Registro Civil, publicadas pelo IBGE, possibilitam identificar as uniões homoafetivas e demonstraram crescimento deste tipo de união, entre 2013 e 2015, relativamente maior do que o crescimento de uniões de parceiros designados com sexos distintos.¹³

Atualmente, no Brasil, no entanto, não é possível quantificar as pessoas que se identificam transgênero. A classificação passível de ser atribuída às pessoas para a produção de informações estatísticas oficiais, através, dos censos e das pesquisas por amostragem, especialmente, identifica o sexo. Adota-se, portanto, o padrão binário, em que masculino e feminino acompanham, respectivamente, as categorias homem e mulher.

Além do questionamento básico sobre a possibilidade de contagem precisa dos indivíduos transgênero, cuja resposta pode estar em construção de registros administrativos e seu uso para fins estatísticos (a exemplo das estatísticas obtidas a partir do Registro Civil), é relevante para a discussão da invisibilidade dessas pessoas o desenho dos planos estatísticos, instrumentos que organizam as informações oficiais e, conseqüentemente, influenciam as políticas públicas. Importa também para a produção de estatísticas, a Família Internacional de Classificações Estatísticas, da qual, a CID/OMS é parte integrante.

A respeito da definição dos planos estatísticos nacional e internacional para produção de estatística sob o enfoque de gênero, duas iniciativas globais se destacam: os “Objetivos do Milênio”¹⁴, definidos para serem alcançados até 2015 e os “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)”¹⁵, até 2030.

Em ambas as iniciativas destacam-se objetivos referidos a gênero, no

¹³ Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2015/default.shtm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

¹⁴ Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

¹⁵ Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

entanto, denotam um foco estrito sobre a equiparação de direitos masculinos e femininos, sem a menção à diversidade de identificação de gênero.

Nos ODM o objetivo se desdobrava em uma única meta, “Eliminar a disparidade de gênero nas escolas primárias e secundárias”. Nos ODS, em sete, abordando aspectos tais como o fim da discriminação contra mulheres e meninas, eliminação da violência, tráfico e exploração sexual, proibição de casamentos forçados e mutilações genitais, reconhecimento da importância do trabalho doméstico e em cuidados, garantia de participação e liderança social e política às mulheres.

Assim, nota-se o predomínio da classificação binária como orientação para a produção de informações estatísticas oficiais, uma escolha de representação construída socialmente e que atua como verdade natural, expressando a força do capital simbólico dos Estados. Dessa forma, coaduna-se ao conceito de Bourdieu (2008b), ao fazer menção explícita à definição de família adotada pelo Institut National des Statistiques et Etudes Economiques – INSEE, França.

A definição dominante, legítima, da família normal (definição ao que pode ser explícita, como no direito, ou implícita, como, por exemplo, nos questionários do INED - Institut Nationale d'Etudes Demographiques - ou do INSEE dedicados a família), apóia-se em uma constelação de palavras (...) que, sob a aparência de descrevê-la, de fato constroem a realidade social. De acordo com essa definição, a família é um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sob um mesmo teto (coabitação). Alguns etnometodólogos chegam a dizer que o que aceitamos como realidade é uma ficção especialmente construída através do léxico que recebemos do mundo social para nomeá-la (BOURDIEU, 2008b, p. 124).

Enfim, diante da consequência concreta, sobre a população transgênero, da invisibilidade estatística ou da propiciada por outras formas de representação comentadas, algumas perguntas podem ser endereçadas à OC.

Seria suficiente para indivíduos transgênero serem contemplados indiretamente por ações, em direção à igualdade de gêneros, apenas por sua categorização de sexo no padrão binário? Seria mesmo raro o evento da diversidade de identidades de gênero? Como estruturar registros

administrativos para uma contagem oficial dessa população, propiciando a ela a visibilidade que inquestionavelmente lhe é devida e, como visto, tão necessária?

5 LINGUAGENS E VOCABULÁRIOS DE RESISTÊNCIA

Se, por um lado, as propriedades da linguagem foram utilizadas por séculos como instrumentos de opressão das mulheres, da comunidade LGBT e dos grupos transgêneros em geral, identifica-se que, atualmente, os usos sociais da linguagem oferecem importantes substratos de resistência e demarcação de identidades na busca por aceitação social.

5.1 LINGUAGEM COMO UM MODO DE RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Um dos modos mais basilares desta luta social consiste na necessidade de ser denominado pelo gênero pelo qual se identifica, no lugar do sexo que foi designado ao nascer.

Ainda que o Decreto nº 8.727, de 26 de abril de 2016, reconheça o uso do nome social pelas pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica ou fundacional, há algumas críticas. Tal decreto não encerra as inúmeras burocracias que impedem esse direito de forma integral: não há um impedimento completo do uso do nome civil por entidades públicas, por exemplo, sendo demarcada a necessidade de uma identificação civil para acompanhar a recém conquistada identificação social.

O Projeto de Lei João W. Nery¹⁶, neste sentido, é mais profícuo ao se atentar às mudanças, como o reconhecimento da identidade de gênero no próprio registro civil e a não necessidade de diagnóstico ou tratamento psiquiátrico, autorização judicial ou administrativa para realização de cirurgias

¹⁶ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>. Acesso em: 14 dez. 2016.

de transexualização, totais ou parciais, ambas a partir dos 18 anos.

Assim, exemplos como esses demonstram a importância de uma propriedade tão incisiva da linguagem como é o nome, a ideia mais básica de identidade. Com um nome você pode destacar o seu gênero, mas também a sua identidade mais pessoal: quem é você? Tanto no autoentendimento, quanto no entendimento dos outros, a definição de nome é uma necessidade primordial para “existir” em nossa sociedade.

Além da luta pelo nome social, há outros meios para mudanças na linguagem e utilizá-la como resistência. Muitas vezes encara-se a língua como algo natural e imutável, porém, há uma base histórica e cultural em sua construção social e suas transformações ao decorrer do tempo.

No Dicionário Aurélio, para além da designação de gênero, a palavra homem significa humanidade, ser humano e espécie humana, sendo as derivações o “homem público” ou “homem da rua” representando, respectivamente, indivíduo que se consagra a vida pública e homem do povo. Por outro lado, a palavra mulher significa ser humano do sexo feminino; dotada das qualidades e sentimentos femininos, como compreensão, carinho e dedicação ao lar e à família; cônjuge do sexo feminino, parceira do homem (marido e mulher); ou até, principalmente quando relacionada com o termo “pública” ou “da rua”, meretriz, concubina e amante¹⁷. De acordo com o “Manual para uso não sexista da linguagem”:

Por intermédio da linguagem aprendemos a nomear o mundo em função dos valores imperantes na sociedade. (...) aprenderá que existem meninas e meninos e que há comportamentos diferentes, adequados ou não, para elas e para eles. Com a linguagem aprenderá muitas diferenças que são em função do sexo, bem como a sua hierarquização. (CERVERA; FRANCO, 2006, p.24).

¹⁷ Disponível em:

http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 14 dez. 2016.

Raramente nega-se por completo a influência de aspectos socioculturais no desenvolvimento de uma linguagem. Contudo, dois pontos seguem controversos: a capacidade e os métodos dos movimentos sociais em/para transformarem a língua, diminuindo ou eliminando seus preconceitos sociais através da construção de novas palavras ou modificação das mesmas; e se a transformação da língua implica automaticamente a mudança da sociedade, ou ao menos, tem um alcance relevante nesse processo.

5.2 RESISTÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO: O CASO DO COLÉGIO PEDRO II

Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, o Colégio Pedro II (CPII) tradicionalmente busca articular iniciativas de inclusão social, competência em informação, incentivo às práticas artísticas e científicas, almejando a promoção de debates acerca de temáticas relevantes para a sociedade. Nesse sentido, as ações do CPII se harmonizam à sua visão institucional, propondo-se, sobretudo, a “ser uma instituição pública de excelência em educação integral e inclusiva, consoante com o mundo contemporâneo e as novas técnicas e tecnologias, comprometida com a formação de cidadãos, visando a uma sociedade ética e sustentável”¹⁸.

Após a divulgação da postura afirmativa adotada de reconhecimento da diversidade de gênero – em especial, sobre o uso da letra “x” para suprimir a designação de gênero em substantivos –, em 25 de setembro de 2015, o CPII disponibilizou em sua página institucional a Nota Pública nº 01/2015¹⁹. Este documento teve como propósito central o esclarecimento de matérias jornalísticas divulgadas pela grande mídia, especialmente, através da internet.

Em tal nota, assinada pelo reitor Oscar Halac, enfatiza-se que não se pretende alterar a norma culta da Língua Portuguesa, tampouco definir aspectos sociais dos indivíduos da comunidade escolar. Reconhece-se,

¹⁸ Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/missao.html>. Acesso em: 11 dez. 2016

¹⁹ Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2015/SETEMBRO/nota_publica_01.pdf. Acesso em 11 dez. 2016.

contudo, que o “x” problematizado ultrapassa a gramaticalidade comportada por um artigo, direcionando o debate para a questão de gênero. Desse modo, o documento reforça a visão institucional ao reconhecer a diversidade de gênero e a importância da tolerância ante as diferenças. Por fim, lembra-se que a excelência do ensino oferecido pelo CPIL não é afetada por esse debate.

Paralelamente, na mesma data, a Nota Pública nº 01/2015 também fora divulgada pela página oficial do CPIL na rede social *Facebook*, “Colégio Pedro II – Oficial”. De caráter público, a postagem incluiu o link para a nota citada no portal institucional do Colégio Pedro II e a seguinte legenda: “A Reitoria do Colégio Pedro II emitiu Nota Pública sobre o uso da letra ‘x’ para suprimir a designação de gênero em substantivos”.

Entre 25 de setembro de 2015 a 08 de outubro de 2015 foram feitos 56 comentários por usuários da rede social, 612 *likes* (cliques manifestando aprovação) e 861 compartilhamentos²⁰. É possível perceber, analisando o conteúdo dos comentários, cinco grandes categorias para eles: apoio e enaltecimento do conteúdo da Nota Pública nº 01/2015, demonstrando-se o sentimento de orgulho; repúdio ao conteúdo desta nota e/ou pela instituição, indicando vergonha; marcação por meio de links de usuários da rede, para que possam ler o conteúdo do post; citação de trechos do documento; e outros tipos de comentários variados.

A maioria de comentários é favorável ao reconhecimento da diversidade de gênero. Contudo, são destacados no Quadro 2 alguns exemplos representativos de comentários de repúdio ao conteúdo da nota, transcritos exatamente como foram observados na rede social, a fim de refletir a oposição à mobilização para a questão de gênero, no âmbito na linguagem:

²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/cp2oficial/?fref=ts>. Acesso em: 13 dez. 2016.

Quadro 2 – Comentários de repúdio à Nota Pública nº 01/2015 do Colégio Pedro II

Comentários de repúdio	
1	“Não a Partidarização das Escolas! Vcs Passarão! (e falta pouco) A Instituição CPII Permanecerá!!!”
2	“E quem tem gênero definido vai ser representado por um X?”
3	“Daqui a pouco ao nascer uma criança, não poderemos dar nome a ela. Vamos chamá-la de X. X1, X2... X3034. Isso não resolve, o q faz a diferença é o amor e respeito. A pessoa continua sendo indivíduo sendo chamado pelo o seu nome ou por aluno ou aluna.”
4	“Onde se lê "Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação", leia-se "Instituição de propaganda gayzista vinculada a movimentos LGBT, patrocinada por entidades estrangeiras e subordinada a ONU". E onde se lê "maior Escola Pública de Ensino Básico do Brasil", leia-se "maior Centro de Doutrinação Ideológica para crianças no Brasil, financiado com dinheiro público".”
5	“‘Autarquia Federal Vinculada ao Ministério da Educação’. Traduzindo = Mais um órgão aparelhado pelo pt cumprindo a agenda marxista/socialista onde a ideologia de gênero é uma das pautas mais atuais. Essa canalhice, pedofilia disfarçada já foi vetada na câmara, no senado e em vários municípios do país e de forma TIRANA e anti democrática continuam tentando implantar isso no ensino.”
6	“Vocês também tem livros que ensinam a estuprar as alunas, ou isso é ensinado pelos professXres esquerdistas?”
7	“Não teremos alunO ou alunA. Ok. E banheiro feminino é masculino?”

Fonte: Página oficial do CPII no *Facebook*, adaptado pelas autoras.

Nota-se que há posições contrárias ao uso da representação do gênero pela letra “x” e que existe, majoritariamente, uma vinculação a conteúdos políticos e ideológicos, remetendo-se a questões como “ideologia de gênero”, “doutrinação ideológica”, “partidarização das escolas”. Nesse sentido, importa destacar o peso do elemento político, que atravessa os comentários emitidos na rede social observada e produz extraordinária confusão de conceitos.

Já o último comentário listado, em especial, reforça a acepção do padrão binário do sexo biológico como modo de classificação de gêneros, evidenciando reduções da razão classificatória versadas por García Gutiérrez (2011), a exemplo da metonímia e dicotomia, no escopo da proposta de uma hermenêutica prática sobre os processos de enunciação.

5.3 CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIA: LINGUAGENS NÃO-BINÁRIAS OU “NEUTRAS”

A “linguagem x” utilizada no caso do Colégio Pedro II reflete um exemplo da tentativa de diminuição do binarismo de gênero na Língua Portuguesa. Consiste, então, na alteração dos artigos definidos “o/a” e das palavras com essas concordâncias nominais para o uso da letra x ou o símbolo @. Esse modo particular de linguagem é utilizado mais popularmente em redes sociais, como *Facebook* ou *Twitter*, principalmente, a partir da segunda metade da primeira década do século XXI.

Ainda que seja bastante utilizada por pessoas não binárias – indivíduos que não se identificam exclusivamente, totalmente e sempre femininos e também não são exclusivamente, totalmente e sempre masculinos²¹ –, identifica-se o uso em grupos de pessoas cis (pessoas que se identificam com o gênero atribuído na gestação e pós-nascimento) e grupos de pessoas trans-binárias que não se sentem representadas em todas as características do padrão binário de gênero, mesmo quando se identificam entre os gêneros feminino e masculino. Sobre esses aspectos é necessário salientar que as pessoas não-binárias apresentam certos agravantes no âmbito da opressão que sofrem, pois não existe uma regulamentação e reconhecimento em documentos da não-binariedade de gênero.

A despeito que, inicialmente, o seu uso tenha sido fortemente acolhido pelo movimento feminista e transfeminista, com o decorrer do tempo, críticas²² surgiram, inclusive no interior destes movimentos. A primeira é que a linguagem x não é acessível para todos os grupos sociais: pessoas com deficiência visual não compreendem esses textos, pois programas de leitura de tela não conseguem pronunciar essas palavras, ou seja, uma linguagem originalmente inclusiva, tornar-se-ia exclusiva socialmente. Por ser mais difícil,

²¹ Disponível em: http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/N%C3%A3o-binaridade_de_g%C3%AAnero. Acesso em: 14 dez. 2016.

²² Disponível em: <https://partidopirata.org/deixando-o-x-para-tras-na-linguagem-neutra-de-genero-por-juno>. Acesso em: 14 dez. 2016.

não permite forma didática de aprendizado e incorporação, possibilitando que somente faça sentido em um grupo especializado e, assim, não contribuindo na dinamização da língua para a sociedade em geral. O segundo problema é que o uso do x não é facilmente pronunciável – ainda que possa ser utilizada como ferramenta de luta na internet. Nota-se limites acentuados, não sendo suficiente mecanismo para transformar a linguagem de modo integral.

Com base nas dificuldades oferecidas pela linguagem x, evidencia-se a importância da busca pela oralidade e a necessidade de um novo sistema gramatical. Alguns exemplos promovidos pela “wiki” de Identidades de Gênero sugerem a substituição dos pronomes “ela”, “ele” por pronomes neutros, como “el”, “els”, e o uso da vogal “e” no final de adjetivos - linde em vez de lindo(a). Sugerem também a supressão de artigos e pronomes desnecessários e incentivam o uso da preposição “por” no lugar de “pelo” ou “pela”.

Essas mudanças gramaticais demonstram uma tendência mais radical, como a criação de novas palavras. Entretanto, seu uso ainda é incipiente no dia-a-dia, já que é preciso sua incorporação no sistema educacional brasileiro para que exista ampla divulgação e aprendizado. Mesmo assim, pelas discussões linguísticas com vieses contrários, a língua não poderia ser modificada somente pelo desejo de um determinado grupo de pessoas. Haveria, portanto, algo não totalmente controlável no seu desenvolvimento morfológico, fonético, sintático e semântico, sendo que essas palavras não seriam essencialmente sexistas, suas construções teriam origens mais técnicas e pragmáticas. Assim, outro modo mais prático é a reformulação das frases, empregando os próprios substratos da língua portuguesa como resistência em suas brechas não binárias²³.

Percebe-se que a reformulação de frases aparenta, entre os meios apresentados, a mais viável inserção nas experiências diárias, pois é mais articulável, diferentemente da “linguagem x”, além de guardar maior

²³ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/07/10/Todxs-contra-x-l%C3%ADngua-os-problemas-e-as-solu%C3%A7%C3%B5es-do-uso-dx-linguagem-neutrx>. Acesso em: 14 dez. 2016

proximidade com a linguagem normativa, não proporcionando uma sensação de estranheza como nas mudanças drásticas do sistema gramatical proposto anteriormente. Contudo, seria necessária a implantação de políticas públicas, particularmente, na área de educação, para a sua devida popularização em nossa sociedade.

5.4 NOVAS CLASSIFICAÇÕES E DESCLASSIFICAÇÕES: DILEMAS CONTEMPORÂNEOS

Além das linguagens analisadas, formuladoras de novos meios de interações sociais no cotidiano, surgem novas classificações, porém estas mais focadas na luta pelo reconhecimento das identidades de gênero – a importância da linguagem consiste não somente em relacionar-se com o mundo, mas “estar e ser” neste mundo. Essas novas definições de gênero originam-se tanto na temática de pessoas trans-binárias, quanto de pessoas não-binárias.

Em 2015, o *Facebook* liberou 17 opções de gênero no Brasil, também permitindo que o usuário a personalize conforme sua escolha pessoal, não se limitando às opções propostas. As sugestões iniciais são: “Cross gender”, “Feminino”, “FtM” (Female to Male), “Homem (trans)”, “Homem transexual”, “Masculino”, “MtF (Male to female)”, “Mulher (trans)”, “Mulher transexual”, “Neutro”, “Pessoa trans”, “Pessoa transexual”, “Sem gênero”, “Trans homem”, “Trans mulher”, “Transgênero” e “Travesti”.

Em relação à não-binaridade de gênero, surgem múltiplos termos na sociedade: agênero, andrógino, genderqueer, homem não-binário, mulher não-binária, travesti-não binária, pangênero e até gêneros não-ocidentais como, por exemplo “two-spirit” – um termo amplo para todos os gêneros não-ocidentais das tribos indígenas norte-americanas – dentre outros. Essas categorias cada vez mais ampliam os horizontes do conceito de não-binaridade.

Salienta-se também a configuração de classificações como “pessoa cisgênero”, “mulher cisgênero”, “homem cisgênero”, “mulher cisgênero” e “cissexismo” para delinear as pessoas que se identificam com o gênero definido pela sociedade. Essa classificação é importante por expor que o

caráter normativo não é necessariamente “natural”. Sobretudo, também é um construto social e o uso dessas novas categorias incentiva a ideia de que não há um modo verdadeiro de ser mulher, homem ou um valor absoluto em se identificar com determinado gênero. Destaca-se, exemplarmente, que tanto uma mulher cis, quanto uma mulher trans são mulheres, os termos seguintes à palavra “mulher” demonstram que, nas perspectivas sociais, algumas identidades são mais aceitas que outras, evidenciando um conjunto de estereótipos sobre os gêneros e valores sexistas que legitimam ou não a existência dessas pessoas.

Em “Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico”, Antonio García Gutiérrez (2011) discute a necessidade de uma perspectiva epistemológica alternativa para a OC, um novo modo que integre os desafios de um mundo heterogêneo e mutável. O autor critica o caráter reducionista dos sistemas classificatórios que privilegiaram formas dicotômicas, metonímicas e neocoloniais de compreensão da realidade social.

Através desses pressupostos, percebe-se que as diferentes categorias que surgem no interior do movimento social transgênero oferecem a heterogeneidade presente no processo de identificar-se com um gênero. Entretanto, ainda que essas novas classificações e linguagens originem-se a partir de resistências e lutas, as questões já discutidas nos sistemas classificatórios tradicionais ressurgem também neste contexto.

Essas novas identidades também recaem em algum reducionismo classificatório e, portanto, pouco emancipador? Todos os grupos pertencentes à sigla LGBT, por exemplo, são representados igualmente, levando-se em conta suas peculiaridades, ou há hierarquias de valor, ressaltando determinadas necessidades em detrimento de outras? Neste panorama, a indagação sobre como compreender esses limites classificatórios e ao mesmo tempo enfatizar uma produção contínua e emancipatória de significados ao domínio de gênero, torna-se um importante fio condutor na resolução desses impasses.

Para Bourdieu (2007), a linguagem se relaciona não só com a estrutura gramatical, mas está associada a um “determinado estado de relações de

produção e de circulação (isto é, em relação a uma certa competência e um certo mercado)". No âmbito da OC, seguindo princípio semelhante, García Gutierrez (2011) defende a criação de operadores desclassificantes: em um primeiro momento, pelo operador transcultural, várias proposições, inclusive as contraditórias, são debatidas, estabelecendo assim um ambiente complexo de perspectivas múltiplas que enriqueceriam a produção de conhecimento; por outro lado também é proposto um operador anti-relativista e crítico que estabeleceria diálogos para a tentativa de um consenso que impediria injustiças e desigualdades sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado ratificou a identificação do padrão binário linguístico dominante como elemento poderoso de apagamento da diversidade de identidade de gêneros. Ademais, confirmou, a respeito de classificações internacionais custodiadas por duas instituições da área médica, a patologização como elemento presente. As agendas para o desenvolvimento promovidas no âmbito das Nações Unidas, em que pese o destaque para o que denomina promoção da igualdade de gêneros, destacam fundamentalmente a distinção homens e mulheres e o empoderamento dessas últimas. Por sua vez, os planos estatísticos nacionais, em geral espelham essa abordagem.

Assim, linguagens, classificações, agendas para as políticas de desenvolvimento e a representação através das estatísticas, em seu estado da arte atual não apontam avanços para o atendimento ao anseio dos indivíduos transgênero, no sentido de se perceberem socialmente reconhecidos e serem liberados de padrões de normalidade que lhes propiciam esquecimento, preconceito e opressão.

A ausência de vocábulos específicos que diferenciem sexo, gênero e identidade de gênero em vários dos idiomas conhecidos atualmente aliada à ausência de consenso científico quanto às suas definições fortalecem a dificuldade na classificação das informações e, conseqüentemente, o entendimento na esfera social, gerando dúvidas e preconceitos. Nesse

diapasão, apresenta-se um desafio para o profissional e pesquisador da Organização do Conhecimento: compreender e lidar com os condicionantes e consequências socioculturais, econômicos e políticos que envolvem o desenvolvimento e utilização da linguagem, assim como dos diversos Sistemas de Organização do Conhecimento na representação das pessoas transgênero.

Os movimentos de resistência persistentes foram aqui vistos em diversas instâncias: conhecimento científico, mobilização internacional, como a campanha “Pare a patologização!”, espaços do cotidiano como o posicionamento e debate no Colégio Pedro II, discussões nas redes sociais e proposições de linguagens alternativas. Em que pese todos eles, se reconhece a complexidade e as nuances dessa luta contra a dominação do padrão cisnormativo. Nota-se também divergência de linguagem entre os próprios grupos que surgem no interior dos movimentos sociais transgênero, binários e não-binários.

Para a OC, neste panorama, a indagação sobre como compreender esses limites classificatórios e, simultaneamente, enfatizar uma produção contínua e emancipatória de significados ao domínio gênero, torna-se um importante fio condutor na resolução desses impasses, que sugerem a necessidade de abordagens não convencionais, como, por exemplo, a desclassificação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis 19 (2), pp. 336, maio-agosto/2011.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20 (2), pp. 256, maio-agosto/2012a.

_____. Vivências trans: desafios, dissidência e conformações. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, pp. 485-488, maio-agosto/2012b.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Escritos de educação** (Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani). Petrópolis: Vozes, 2007

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, 2008b.

BRAMAN, Sandra. Forms and Phases of Power: The Bias of the Informational State. In: **Change of state: Information, policy, and power**, pp. 9-38. Cambridge, MA: MIT Press. 2006.

CAPURRO, Rafael. What is information science for? A philosophical reflection. **Conceptions of library and information science**, p. 82-96, 1992.

CERVERA, Julia Pérez; FRANCO, Paki Venegas. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. Trad. Beatriz Cannabrava. Montevideo: REPEM, 2006.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge Organization: a new Science? **Knowl. Org.** **33**, n.1, 2006 pp. 11-19.

DE MATOS, Maria Izilda S. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 67-75, 1998.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. In: **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79, 2002.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono, 1973.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v.23, n.1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2015.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

HJØRLAND, Birger. **What is Knowledge Organization (KO)?** In. Knowledge Organization, 35(3/2), 86-101.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. In. **VIII Enancib – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, GT 2: Organização e Representação do Conhecimento Comunicação Oral, 28 a 31 de outubro de 2007, Salvador.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de; PARANHOS, João Paulo Borges; OLIVEIRA, Jonathan Xisto de; PAES, Michelle Salles. Organização e representação do conhecimento em religiões yorubanas na Library of Congress Subject Headings. In: **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Orgs. José Augusto Chaves Guimarães e Vera Dobedei. Sociedade Brasileira de Organização do Conhecimento (ISKO-Brasil), Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEPE). Marília, São Paulo. 2012.

ORTIZ, Renato (org.). 1983. **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p.156-183.

PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Os desafios da representação do conhecimento face à homossexualidade masculina. In: **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Orgs. José Augusto Chaves Guimarães e Vera Dobedei. Sociedade Brasileira de Organização do Conhecimento (ISKO-Brasil), Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEPE). Marília, São Paulo. 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis. 17(1), pp. 159-189, janeiro-abril/2009.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, Lídia M. B. B. (org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 103-124.

TGEU. Disponível em: <http://tgeu.org/>. Acesso em 30 nov. 2016.

VIGNAUX, Georges. **O demônio da classificação: pensar, organizar**. Instituto Piaget, 1999, Éditions du Sueil, 1999.

Title

Social visibility of transgender individuals and knowledge organization systems

Abstract

Introduction: This research approaches the gender domain in the Knowledge Organization according to a sociopolitical analytical bias, in order to investigate the social uses of language in this domain, particularly in the context of the Brazilian transgender population. **Objetives:** It aims to verify the existence, or its viability, of a

language capable of expressing effectively the specific reality of this population. **Methodology:** It starts from a specialized bibliographic review of the domain of gender studies and the Knowledge Organization, combined with theoretical references of sociology. Then, two fronts of documentary analysis are undertaken: the first, on the horizon of languages and recurrent classifications in the areas of health and public statistics, dominated by the binary sexual pattern. The second, based on the specific case of the Pedro II School, affirms the recognition of gender diversity, investigating the repercussions of this action on a social network. **Results and conclusions:** The results point to the absence of a place of speech recognized by the mentioned groups, leaving to the Knowledge Organization the challenge of understanding the classificatory limits and, simultaneously, to contribute a continuous and emancipatory production of meanings to the gender domain.

Keywords: Knowledge Organization. Language. Transgender individuals. Visibility.

Título

Visibilidad social de individuos transgénero y sistemas de organización del conocimiento

Resumen

Introducción: Esta investigación aborda el dominio género en la Organización del Conocimiento según un sesgo analítico sociopolítico, con el fin de investigar los usos sociales del lenguaje en ese dominio, particularmente, en el ámbito de la población transgénero brasileña. **Objetivos:** Se pretende verificar la existencia, o su viabilidad, de un lenguaje capaz de expresar la realidad específica de esa población, efectivamente. **Metodología:** Se parte de revisión bibliográfica especializada del dominio de estudios de género y de la Organización del Conocimiento combinada a referenciales teóricos de la sociología. A continuación, se desarrollan dos frentes de análisis documental: la primera, en el horizonte de los lenguajes y clasificaciones recurrentes en las áreas de salud y estadísticas públicas, dominadas por el patrón sexual binario. La segunda, a partir del caso específico del Colegio Pedro II al afirmar el reconocimiento de la diversidad de género, averiguando las repercusiones de esa acción en una red social. **Resultados y conclusiones:** mencionados, restando a la Organización del Conocimiento el desafío de comprender los límites clasificatorios y, simultáneamente, aportar una producción continua y emancipatoria de significados al dominio género.

Palabras clave: Organización del Conocimiento. Lenguaje. Individuos transgéneros. Visibilidad.

Recebido: 10.03.2017

Aceito: 25.08.2017